

## **REBELDIA E BARBÁRIE: Conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**

### *REBELDIA Y BARBARIE:*

#### *Conflictos socioterritoriales en la región del Bico del Papagayo*

Patrícia Rocha Chaves<sup>1</sup>

#### **Resumo:**

Este trabalho é parte de minha pesquisa de doutoramento em Geografia Humana, defendida no ano de 2015 na Universidade de São Paulo, intitulada “Rebeldia e Barbárie: Conflitos Socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. Através das estatísticas registradas no Caderno de Conflitos no Campo, e levantamentos documentais organizados pela CPT- Comissão Pastoral da Terra, foram sistematizados e mapeados os variados tipos de conflitos que ocorrem naquela região – 111 municípios localizados nos estados: Maranhão, Tocantins e Pará. Também foram realizados trabalhos de campo, em aproximadamente 24 municípios, considerados nos últimos quatro anos os mais densamente conflituosos e de alto índice de violência. Ao todo foram produzidos 74 mapas e o resultado foi a proposição conceitual, a qual chamamos de conflitos socioterritoriais e conflitos socioespaciais. Este artigo contém parte desta proposição.

**Palavras-Chaves:** Conflitos socioterritoriais; Conflitos socioespaciais; Lutas de classes

#### **Resumen:**

Este trabajo forma parte de mi investigación de doctorado en Geografía Humana, defendida en el año 2015 en la Universidad de São Paulo, titulada "Rebeldía y Barbarie: Conflictos Socioterritoriales en la región del Bico do Papagaio. A través de las estadísticas registradas en el Cuaderno de Conflictos en el Campo, y levantamientos documentales organizados por la CPT- Comisión Pastoral de la Tierra, se sistematizaron y mapearon los variados tipos de conflictos que ocurren en aquella región - 111 municipios ubicados en los estados: Maranhão, Tocantins y Pará. Se realizaron trabajos de campo, en torno a 24 municipios, considerados en los últimos cuatro años los más densamente conflictivos y de alto índice de violencia. En total se produjeron 74 mapas y el resultado fue la proposición conceptual, a la que llamamos conflictos socioterritoriales y conflictos socioespaciales. Este artículo contiene parte de esta proposición.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Curso de Geografia da Unifap – Universidade Federal do Amapá. Email-[rochavespatricia@gmail.com](mailto:rochavespatricia@gmail.com)

**Palabras Clave:** Conflictos socioterritoriales; Conflictos socioespaciales; Luchas de clas

## **Introdução**

Este texto trata de parte de minha pesquisa de tese de doutorado, defendida no ano de 2015 na Universidade de São Paulo, sob orientação do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. É um estudo sobre a região do Bico do Papagaio, sobre seus inúmeros conflitos e sobre os mais variados sujeitos que a luta pela terra e território já configurou neste momento histórico. Parte-se da premissa que o conflito social nesta região é resultado das políticas de ocupação capitalista, e da concentração dos recursos nas mãos de determinadas classes sociais, ou seja, do processo de produção e reprodução ampliada do capital. A região é dessa forma, fundamento histórico da luta de classes antagônicas pelo território ou pela terra. Classes sociais que possuem lógicas de apropriação do território opostas. Esta luta de classes em maioria das vezes é travada entre as várias frações do campesinato e os grandes proprietários de terra, que podem ser fazendeiros e latifundiários ou empresas de várias modalidades. Dentro do contexto da luta pelo território estão os povos indígenas e quilombolas. Cada um desses sujeitos constroem suas estratégias de permanência ou de conquista da terra e/ou território. Os camponeses e indígenas por serem as principais vítimas da expropriação e do desapossamento na região, no momento da resistência entram em confronto com a classe dos grandes proprietários sofrendo uma série de violências. A Comissão Pastoral da Terra há mais de trinta anos acompanha o campesinato e os povos indígenas nesses processos. Há trinta e um anos, começou a publicar os registros de conflitos no campo. Esses registros mostram até certo ponto o avanço e o retrocesso da luta pela terra entre as classes e sociedades antagônicas. Nosso objetivo foi compreender como se deram tais situações durante esses trinta anos nesta região, através dos registros de conflitos no campo de 1985 à 2014. Dessa forma, buscamos mobilizar recursos que conduzissem-nos à síntese contraditória da relação entre as classes envolvidas e a atuação do Estado. Surgiu a necessidade de delimitar os municípios que foram parte do objeto da investigação. Fazê-lo, seria nosso primeiro desafio. Sader (1986), já havia demonstrado a espacialização e territorialização das economias e políticas de estado que desencadearam os conflitos no campo nesta região no início dos anos 80. Sua constatação foi que não eram presentes apenas na região do Bico do Papagaio - Goiás – hoje Tocantins – pois se estendiam nas fronteiras entre os Estados do Maranhão e Pará.

Nosso principal questionamento foi: Qual o limite socioespacial e socioterritorial dos conflitos no Bico do Papagaio? Então para uma primeira análise foram selecionado os municípios dos três Estados a partir das divisões, mesorregiões e microrregiões do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ano de 2002. São regiões do IBGE que constituem a fronteira entre os três Estados. O resultado foi a análise e o mapeamento dos conflitos e sujeitos sociais de 111 municípios. O intuito era compreender quantitativamente e qualitativamente a espacialização dos conflitos registrados. O trabalho escravo, assassinatos, ocupações e outras situações vividas por esses camponeses, indígenas e quilombolas. Na impossibilidade de realizar trabalho de campo contemplando todos os municípios, tivemos que construir critérios que auxiliassem na seleção dos municípios passíveis de realização dessa etapa do trabalho. Então, optamos por fazê-lo onde houvesse o maior número de famílias envolvidas nos conflitos e onde houvesse registros recentes de violências e assassinatos. Um dos critérios foi escolher conflitos que apresentassem no mínimo 200 famílias envolvidas nos últimos quatro anos (2011) (2012) (2013) (2014). Nossa compreensão geográfica dos conflitos no campo nos levou a construção de dois conceitos que podem nos auxiliar na reflexão do processo e essência dos conflitos ocorridos no campo brasileiro. Denominamo-os portanto, *conflitos socioespaciais* e *conflitos socioterritoriais*, no intuito de contribuir na teoria dos conflitos e na construção de uma geografia das lutas camponesas.

### **Conflitos Sociais e Violência no Campo – O *Corpus Teórico***

“Se puderes olhar, vê. Se podes vêr, repara.”

“É preciso que a sociedade civil, acorde, desperte. Que as consciências gritem. Diz-se que a consciência é muda. Pois, convêm que a consciência não seja muda, grite.”

José Saramago

Ambas frases foram emitidas por José Saramago. A primeira em seu Ensaio sobre Cegueira e a segunda em seu veredito no Tribunal Internacional, para julgar os

massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara. É um convite a sociedade, a transformação da consciência posta ao mundo atual.

Também convém citar um termo utilizado no primeiro Caderno de Conflitos no Campo da CPT publicado no ano de 1985, “Pálida imagem” é como a Comissão Pastoral da Terra definiu o levantamento dos conflitos nesse mesmo período, em seu primeiro ano de publicação.

Até o momento, foram 31 cadernos de conflitos que denunciam a barbárie na qual vivem as populações camponesas e outras sociedades territoriais nesse país. Deste modo, são, trinta e dois anos de levantamentos documentais, de registros e enfrentamentos perante o latifúndio. Eles nos dão a possibilidade até certo ponto, de constatar o panorama, e ainda assim, a “pálida imagem” - apesar de pálida, suficiente para demonstrar a dimensão da violência gerada nas lutas de classes no campo brasileiro.

Ainda que esses números não constituam a realidade total da violência, contribuem para gerar possíveis fundamentos do grito de ordem, revolta e socorro dos que vivem e trabalham a terra. Constitui-se também a possibilidade de uma contribuição teórico/metodológica na construção de uma “geografia do povo”.

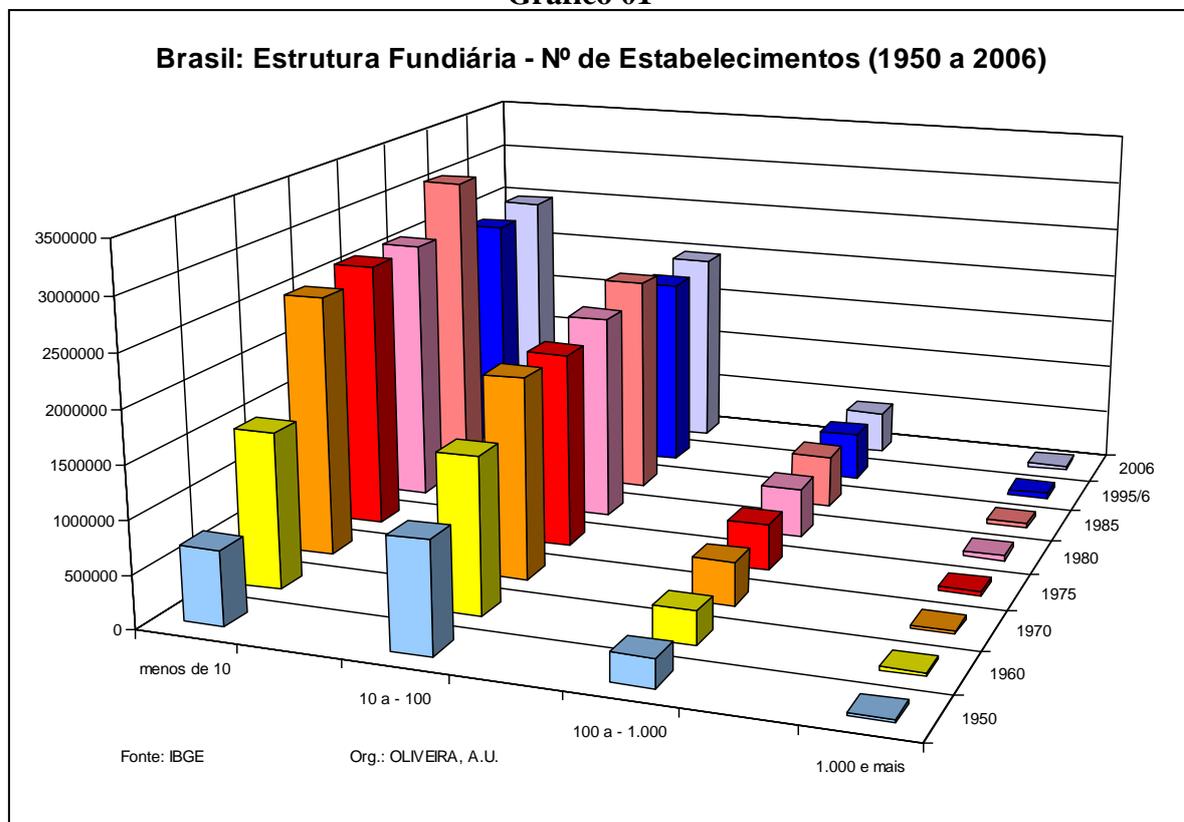
Oliveira (1994) denominou - Geografia das Lutas no Campo – A perspectiva da denúncia da violência existente na luta de classes, nesta etapa da mundialização do capital e portanto, da mundialização de suas contradições. Segundo o autor:

“[...]o horizonte do campo no Brasil é contraditório na essência, é nessa contradição, ou no conjunto de contradições que se deve desenvolver a compreensão dessa realidade. Essa contribuição passa seguramente pela distribuição territorial desigual dessas contradições e movimentos. Talvez aí esteja o espaço para a participação dos geógrafos e da geografia. Estudar o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade em que se inserem”. (Oliveira, 1994, p.18)

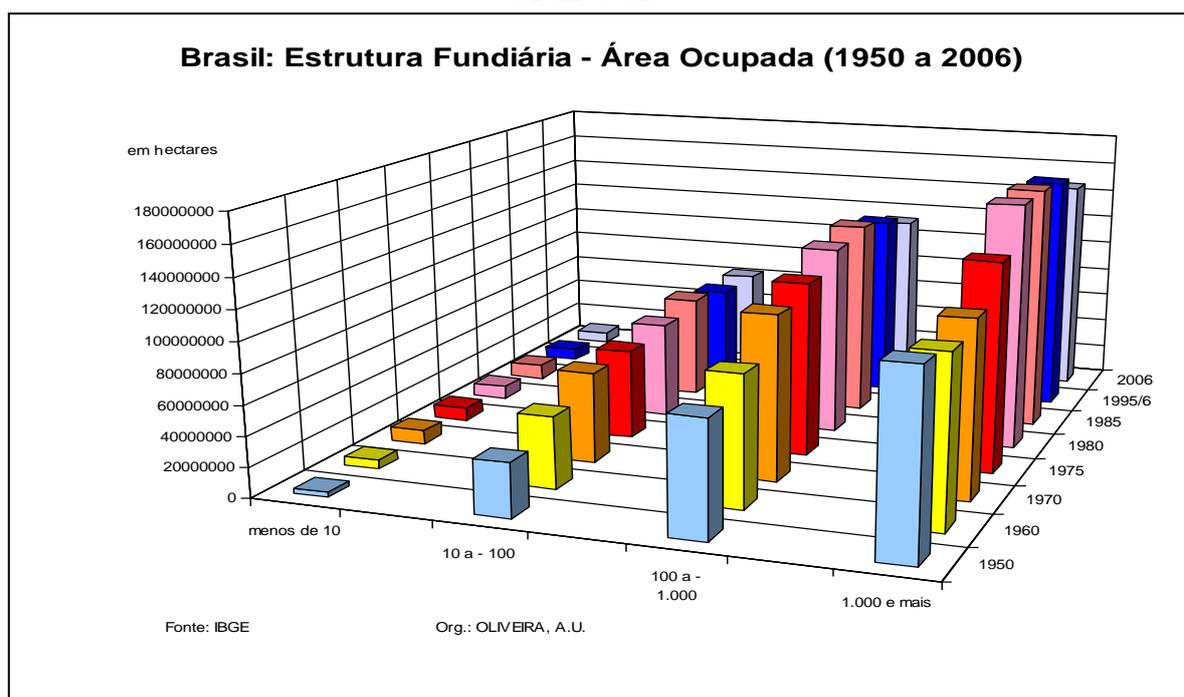
Dessa forma, os dados de conflitos no campo de 1985 a 2014, constituem-se essencialmente reveladores no sentido trazer a compreensão não somente a usurpação dos direitos de determinadas classes e sociedades que vivem do/no campo brasileiro, revelam também um verdadeiro extermínio daqueles que se posicionam contra o latifúndio. Marca da estrutura agrária concentrada do país, como pode ser visto nos

gráficos 01 e 02 a seguir. Nele dois processos merecem destaque: o crescimento simultâneo dos grandes e dos pequenos estabelecimentos.

**Gráfico 01**

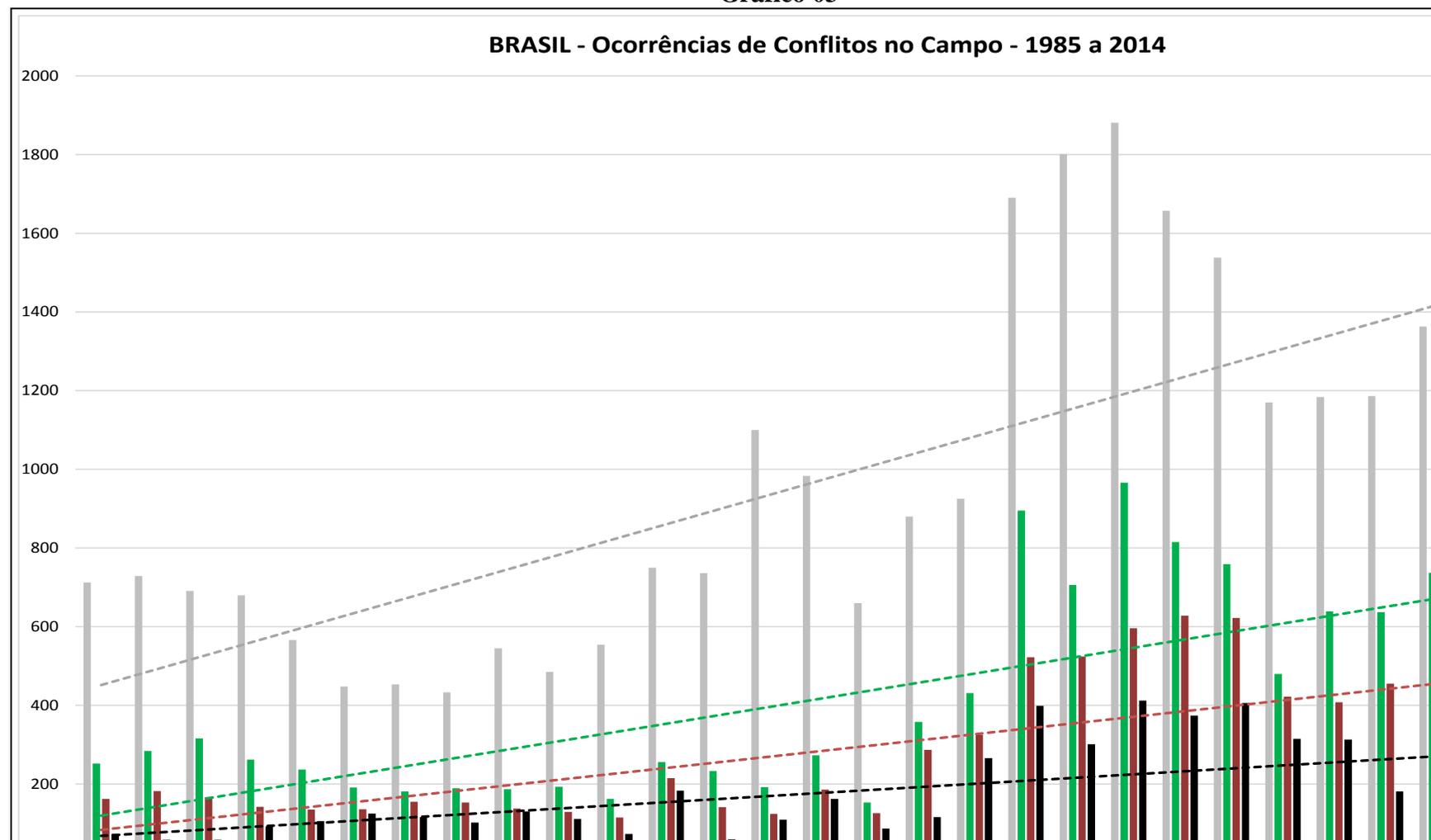


**Gráfico 02**



Esses dois processos contrariam a tese amplamente divulgada no mundo da política e da academia de que a expropriação das pequenas unidades seria o processo dominante no país. Aqui, portanto, reside o ponto central da estrutura fundiária concentrada do Brasil, a luta histórica dos camponeses pela conquista da terra. Consequentemente, a raiz fundante dos conflitos no campo. Soma-se à luta dos camponeses pela terra, a luta dos povos quilombolas e indígenas pelo território. Desenha-se, assim, nessa região a essência dos conflitos como processo constitutivo da região, e, com ela a possibilidade de se construir uma teoria dos conflitos na geografia agrária. Esse processo gerador dos conflitos está em termos gerais, expressos no gráfico 03 a seguir:

Gráfico 03



\*Os dados de Amazônia Legal incluem o total do estado do Maranhão.

Antes da análise do gráfico 03, é necessário estabelecer o marco conceitual referente aos dados propostos pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Nesta tese serão adotadas como base as concepções exposta pela CPT com os ajustes teóricos assumidos na construção da tese que serão colocados entre colchetes ([...]). Assim, será mantida a base proposta pela CPT com as alterações conceituais julgadas pertinentes pelo orientador e autora desta tese.

O primeiro e principal conceito é o de conflitos, que será concebido como:

"**Conflitos** são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra [e território], água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre [sociedades diferentes,] classes sociais, entre os [sujeitos sociais em luta] ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas." (CPT, 2015, p.13) (sem correspondência integral com o original)

Os dados registrados pela CPT "são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais." (CPT, 2015, p.13)

Os conflitos por terra ocupam posição de destaque entre os dados catalogados e são concebidos como:

"**Conflitos por Terra** são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem [camponeses posseiros também denominados de ocupantes; camponeses proprietários incluindo os camponeses assentados e pequenos camponeses, camponeses rentistas ou parceiros; camponeses sem terra; camponeses geraizeiros, camponeses ribeirinhos e ou pescadores; camponeses seringueiros, camponeses castanheiros, camponeses de fundo de pasto, camponesas quebradeiras de coco babaçu, camponeses faxinalenses, e, os quilombolas e os povos indígenas, etc.]" (CPT, 2015, p.13) (sem correspondência integral com o original)

Como é possível verificar não se adota nesta tese a concepção assumida pela CPT de **comunidade tradicionais**, em decorrência de sua formulação nos termos das ações ideológicas do neoliberalismo, em eliminar as diferenças reais e teóricas entre os diferentes campesinatos e as sociedades indígenas e quilombolas. Porém, mantém-se

concordância, com aqueles/as que utilizam esta noção como instrumento de luta teórica e política em decorrência de sua presença na Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

As ocupações e retomadas, e, os acampamentos fazem parte na classificação da CPT, como conflitos por terra. Dessa forma, ocupações e retomadas são:

"**Ocupações** são ações coletivas das famílias [em geral de camponeses] sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social. [**Retomadas**] são ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito [constitucional]. (CPT, 2015, p.13) (sem correspondência integral com o original)

Por sua vez, os acampamentos são:

"**Acampamentos** são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias [em geral de camponeses sem terras] organizadas reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar." (CPT, 2015, p.13) (sem correspondência integral com o original)

Assim, além dos conflitos por terra, ocupações e retomadas formam o corpus teórico dos levantamentos de dados da CPT os conflitos trabalhistas, trabalho escravo, superexploração, conflitos pela água, conflitos em tempos de seca, conflitos em área de garimpo e conflitos sindicais. O aporte teórico destes conceitos está assim construído pela CPT e alterado pelo orientador e autora desta tese:

"**Conflitos Trabalhistas** compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indicam a existência de **trabalho escravo, superexploração.**

Na compreensão do que é **Trabalho Escravo**, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de **Superexploração** acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas, excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

**Conflitos pela Água** são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os [camponeses, trabalhadores assalariados, povos indígenas ou quilombolas que foram] atingidos por [obras públicas ou privadas, como por exemplo, barragens, rodovias, ferrovias etc, que lutam pelo direito as suas terras e/ou seus territórios,] do qual são expropriados.

**Conflitos em Tempos de Seca** são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o Semiárido.

**Conflitos em Áreas de Garimpo** são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado.

**Conflitos Sindicais** são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados." (CPT, 2015, p.13 e 14) (sem correspondência integral com o original)

Por fim, entre os conceitos presentes no levantamento de dados da CPT utilizados nesta tese estão os conceitos de manifestações e de violência. Eles também foram parcialmente alterados pelo orientador e autora desta tese:

"Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra [os camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras assalariados, povos indígenas e quilombolas, tais como:] assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por **Violência** entende-se o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre [os camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e quilombolas,] e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo." (CPT, 2015, p.14) (sem correspondência integral com o original)

Esse conjunto de conceitos sobre conflitos e violência forma o corpus teórico que será utilizado na interpretação dos dados sobre conflitos no campo levantados pela CPT, evidentemente, articulados com as transformações ocorridas na estrutura agrária nacional. Inicialmente apresentamos os dados totais destes conflitos entre 1985 e 2014.

De um modo geral, os conflitos no campo no Brasil neste período histórico apresentam tendências dominantes crescentes. Em 1985, foram 712 conflitos totais no Brasil, dos quais 252 ocorreram na Amazônia Legal, ou seja, mais de um terço, ou o equivalente a 35,4% dos conflitos no campo no Brasil. Na região do Bico do Papagaio

foram 73 conflitos o equivalente a 10,6% dos conflitos do país, 30% dos conflitos da Amazônia Legal e 45,1% do total dos conflitos dos estados: Pará, Maranhão e Tocantins.

Cabe destacar que este ano de 1985 foi o ano de início do processo de redemocratização do país após mais de 20 anos de ditadura civil militar. E, o primeiro ano do I Plano Nacional de Reforma Agrária no governo Sarney, o segundo ano da formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MTST (sigla que depois foi alterada para MST), ocorreu também a primeira fundação da União Democrática Ruralista - UDR liderada pelo deputado federal de Goiás, Ronaldo Caiado e, a aprovação da Constituição de 1988. Delineiam-se os novos componentes das lutas de classe.

O número elevado de conflitos até 1988 refere-se aos enfrentamentos entre ruralistas e os camponeses posseiros e sem-terra. No gráfico 03 pode ser constatado também, que enquanto em termos de Brasil, até o ano de 1988 a tendência apresentou um leve declínio. Na região do Bico do Papagaio houve elevação das ocorrências dos conflitos de forma significativa.

No Brasil o número foi de 680 conflitos, na Amazônia Legal 262 e, nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins 142 conflitos. Já a região do Bico do Papagaio que havia também apresentado queda para 58 conflitos nos anos de 1986 e 1987, registrou-se 92 conflitos no campo em 1988, 106 conflitos em 1989, e 125 em 1990. O dado de 1988 da região do Bico do Papagaio representou 13,5% do total do Brasil, 35,1% da Amazônia Legal e 64,8% dos três Estados: Pará, Maranhão e Tocantins. Quanto ao ano de 1990 que trouxe o número mais elevado de conflitos neste início da série histórica da CPT na região do Bico do Papagaio, ela representou 27,9% do total do Brasil, 65,4% da Amazônia Legal e 91,9% dos três Estados: Pará, Maranhão e Tocantins.

Assim, a região do Bico do Papagaio, consolidou-se enquanto região de conflitos inicialmente no período da ditadura, em decorrência do processo de luta pela terra dos camponeses e pelos territórios dos quilombolas e indígenas como já constatado nesta tese.

No início dos anos 90 ocorreu um leve descenso, equiparando-se ao ritmo de todo Brasil. Isto ocorreu em 1992 durante o governo Collor/Itamar. No entanto, a

tendência foi de elevação do número de conflitos. Nesse período teve seu maior pico em 1996, e, apesar da queda um tanto significativa em 1997, nos anos seguintes voltaram a se agigantar. Isto ocorreu nas duas gestões do governo FHC, quando sucedeu-se no país os massacres de Corumbiara em Rondônia e o de Eldorado dos Carajás no estado do Pará e região do Bico do Papagaio.

Neste período, ano de 1996 na região do Bico do Papagaio ocorreram 183 conflitos, representando 24,4% do total do Brasil, 71,5% da Amazônia Legal e 85,1% dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Depois, no final dos anos 1999 e início de 2000 ocorreu queda do número de conflitos em decorrência das políticas do governo FHC que baixou a Medida Provisória 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, criminalizando os movimentos sociais e famílias que ocupassem terras.

Nos anos seguintes, houve o aumento gradativo dos conflitos em nível de Brasil, particularmente entre 2003 e 2007 no primeiro mandato do governo Lula e do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Na verdade 2005 representa o ano em que houve mais ocorrências de conflitos desde que se começou a publicar os dados. A partir daí uma queda em 2010, com aumento nos dois anos seguintes, 2011 e 2012 e nos anos seguintes, 2013 uma pequena queda e novo aumento em 2014, em nível de Brasil.

Em relação a Bico do Papagaio os anos que mais apresentaram conflitos foram 2003, 2005 e 2007. A diferença do número de ocorrências nesses anos foi mínima: 399 conflitos em 2003, 412 em 2005 e 406 em 2007. Dessa forma, a representatividade da região do Bico do Papagaio passou a ser a seguinte: no Brasil, ano de 2003 foram 1.690 conflitos; Amazônia Legal 895; Pará, Maranhão e Tocantins 522. Ou seja, a região do Bico do Papagaio em relação a essas escalas representou 23,6%, 44,6% e 76,4%, respectivamente.

Para 2005, como já dito anteriormente, o maior número de todos os anos no Brasil apresentou 1881 conflitos, Amazônia Legal 706, nos Estados Pará, Maranhão e Tocantins 596 e na região do Bico do Papagaio foram 412 ocorrências de conflitos. Esse número representou 21,9% dos conflitos no Brasil, na Amazônia Legal 42,7%, e 69,1% dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

Apesar de tal ano apresentar-se, maior adensamento dos conflitos nos três Estados, em 2007 que se destacou mais com relação ao Brasil e Amazônia,

respectivamente representou 26,4% e 56,5%. Ao passo que nas duas áreas, Brasil e Amazônia ocorreram 1.536 e 759 conflitos no campo, enquanto que na região do Bico do Papagaio ocorreram 406 conflitos. Portanto, representou consecutivamente mais que um quarto dos conflitos de todo Brasil e mais da metade dos conflitos de toda Amazônia.

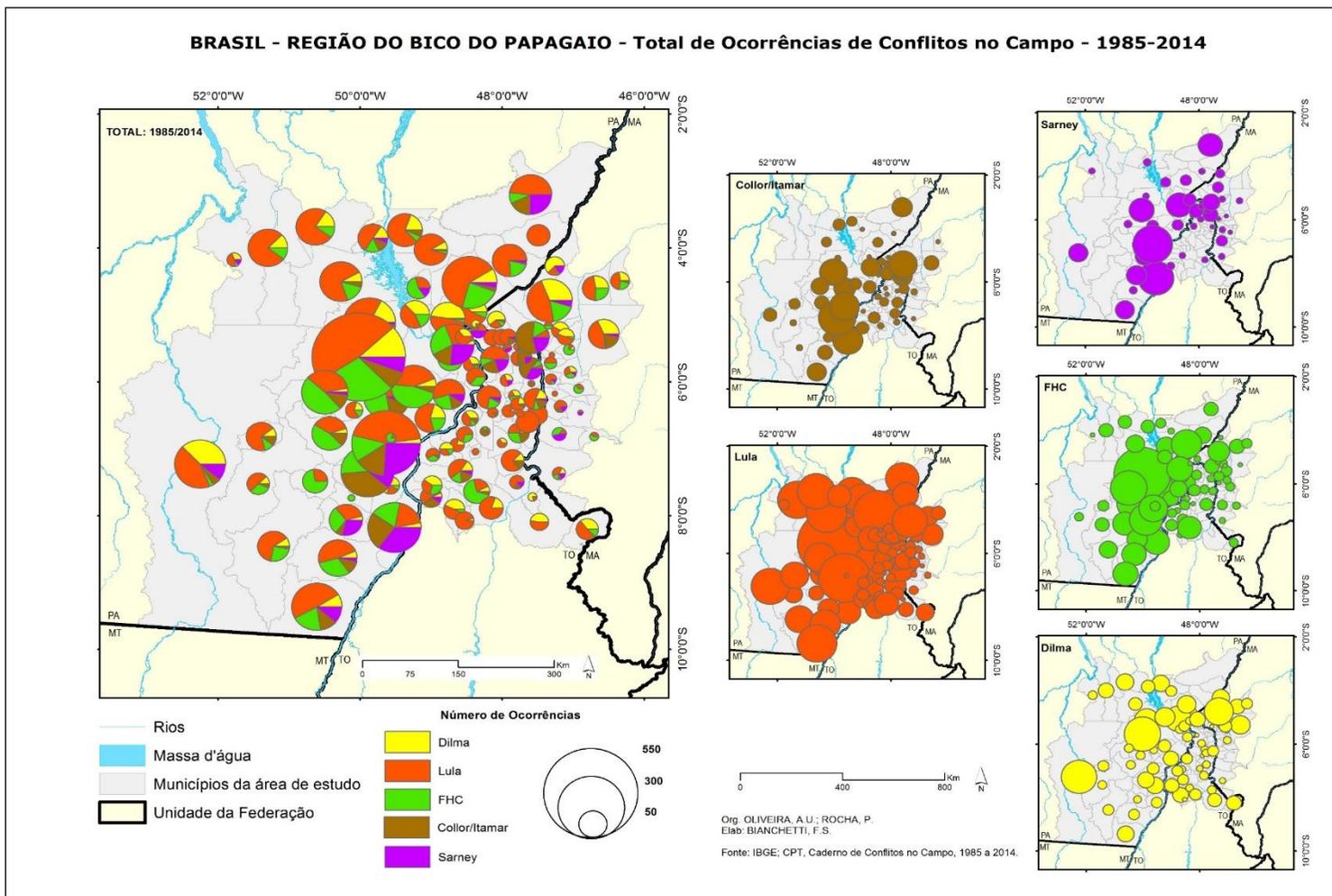
No ano de 2014 observa-se que o gráfico demonstra que no Brasil o número de ocorrências de conflitos voltou a aumentar e nas áreas, Amazônia Legal, Pará-Maranhão-Tocantins e região do Bico do Papagaio, há certo decréscimo. No Bico do Papagaio esse decréscimo é bem menos acentuado. Ainda, em 2014 o Brasil conheceu 3,5 conflitos por dia, a Amazônia Legal 1,5 por dia, os estados do Pará, Maranhão e Tocantins um conflito a cada 1,3 dias e a região do Bico do Papagaio um conflito a cada 2,6 dias.

Nem mesmo esse decréscimo, não foi suficiente para retirar da região do Bico do Papagaio o título de maior região de conflitos do Brasil, como tem mostrado os dados de conflitos no campo. Uma vez que, durante esses trinta anos de registros somam-se ao todo no Brasil 29.716 conflitos, desses conflitos, 12.823 ocorreram na Amazônia Legal; 8.600 nos Estados do Pará-Maranhão-Tocantins e 5.433 conflitos na região do Bico do Papagaio. Em termos de percentuais esses 5.433 conflitos representaram 18,3% dos conflitos no Brasil, 42,4% na Amazônia Legal e 63,2%, dos Estados Pará-Maranhão-Tocantins.

Enfim, estamos diante da maior região de concentração dos conflitos no Brasil. São, portanto, os conflitos no campo e a violência a marca dos processos que a constituíram. Assim, faz-se mister colocar em discussão as políticas de governo que serviram para fundamentar a eclosão das lutas no campo brasileiro. É evidente, como já salientado anteriormente que o período da ditadura foi para as lutas sociais como um rolo compressor para a luta camponesa especificamente. Todavia, o período da Nova República não construiu dinâmicas muito diferenciadas.

O mapa (01), a seguir mostra que todos os municípios da região do Bico do Papagaio sofreram ocorrências de conflitos, durante os trinta anos 1985-2014.

MAPA 01



### **Considerações Finais:**

A estrutura fundiária concentrada é a força propulsora da violência na região. Quando observamos o mapa de ocorrências total de conflitos percebemos que os conflitos elevaram-se profundamente nos últimos governos. E comparado ao período de governo de Luís Inácio e de FHC que foram governos que duraram oito anos, o governo Luís Inácio foi o mais conflituoso. O mapa comparativo de conflitos nos trinta e um anos mostra também maior concentração de conflitos neste período de governo. Observando-se o do período Dilma, conclui-se que são poucos os municípios que registraram ocorrências no período anterior (2003-2010) que não. As ocupações foram mais efetivadas no governo FHC, como se pode verificar no mapa de ocupações do texto original da tese.

A que se destacar que nesses governos houve por motivos diferentes, um recuo dos movimentos sociais, principalmente nas ações de socioespacialização, acampamentos e ocupações. Centrais na compreensão da luta pela terra. No período FHC, o recuo se deu por conta da repressão às famílias que vinham buscando principalmente, o Movimento Sem-Terra para ingressarem na luta pela terra. No governo Lula, a iniciativa de recuar da luta pela terra se deu por conta dos pactos políticos que os movimentos construíram com o governo. Não foi por conta de repressão, foi opção.

A violência direta, assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato no início da década de 80 até os anos de FHC, tinham como alvo principal os grupos de posseiros e depois os camponeses sem-terra por conta das manifestações coletivas e recorrentes acampamentos e ocupações, ou seja, a possibilidade de destruir o movimento socioespacial podia constituir-se em um impeditivo do próximo passo dos movimentos camponeses, a ação total de territorializar-se, a conquista da terra.

Então se construiu uma dinâmica de violentos extermínios a grupos. Os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás são exemplos disso. A ação coletiva dentro do MST, foi construída sob o comando de lideranças e dependendo da orientação dessas lideranças, os grupos podiam possuir orientação mais combativa ou não.

A ação de ocupar ou acampar estão sob essas orientação. "A luta camponesa pela terra se construiu sob uma tríade que ainda não foi bem entendida pelo movimentos

organizados. De um lado a ocupação como instrumento de negação da concentração da propriedade privada da terra e negação de seu acesso aos camponeses. De outro, o acampamento como ação positiva de negação da negação, a fixação ainda que temporária dos camponeses na terra concentrada negada. E, por último, o assentamento como conquista irretorquível daquilo que foi sempre negado, a territorialização camponesa na fração capitalista do território capitalista mundializado. É luta de classes, é luta camponesa por um pedaço do mundo para fundar o território camponês da esperança e da partilha. É por isso que o campesinato nunca cessou sua luta, apesar dos movimentos organizados deixarem de ser socioterritoriais, para passarem a ser apenas socioespaciais. Porém, permanece a luta da classe camponesa, esta sim sempre socioterritorial. É assim que a história segue." (OLIVEIRA, 2015, inédito)

É por isso que com o recuo nas ocupações e acampamentos de reforma agrária na região, os alvos da violência tornaram-se sobretudo, as lideranças, sejam a lideranças que denunciam ou lideranças que toma a frente nos confrontos. Um exemplo de que as ocupações e acampamentos podem resultar em choques com os grupos de camponeses é o conflito em Bom Jesus do Tocantins, na Fazenda Gaúcha no ano de 2014, onde um grupo inteiro de camponeses da Fetagri foi alvejado por dois pistoleiros da fazenda, seis foram feridos, dois deles vieram a óbito. É um conflito com camponeses ligados ao sindicato.

A dinâmica da violência depende da dinâmica de enfrentamento dos camponeses. Desta forma, com o retrocesso das ações organizadas de massa nas ocupações e acampamentos, as lideranças se constituíram em maior alvo das violências. O caso Irmã Dorothy em Anapú e o caso do casal de camponeses de Nova Ipixuna, Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Normalmente essas lideranças são ameaçadas durante anos, denunciam e manifestam-se sobre o ocorrido e em maior parte das vezes as autoridades negligenciam, constroem um ambiente perfeito e seguro para os assassinos de lideranças da luta camponesa pela terra.

Com a perspectiva da construção de maior número de hidrelétricas possível para a bacia Araguaia-Tocantins, certamente esse é um conflito que não tende a cessar ou diminuir, ainda estamos vivenciando resultados dos impactos de Tucuruí, obra da década de 70. E os problemas dos reassentamentos da UHE de Estreito, não cessaram. A cidade de Babaçulândia que localiza-se a margem do reservatório foi 70% submersa. Construíram

um bairro para a população que foi removida da margem do rio. Todos os anos no período de chuva o bairro é alagado, as casas alagadas, tem sérios problemas nas estruturas e nos reassentamentos a água é inconsumível. O bairro de Palmatuba, uma vila de camponesas artesãs, quebradeiras de coco babaçu, vazanteiras e pescadoras, foi completamente alagado, algumas das camponesas optaram por serem realocadas para os bairros no centro da cidade e outras receberam indenizações e mudaram-se para outros municípios. A atividade de coleta do coco e artesanato se extinguiu juntamente com o babaçu que ficou imerso no reservatório.

As regionais da CPT e os agentes de pastoral continuam atuando combativos ao crime e violência contra os camponeses, suas propriedades e posses. A atuação, denúncias e combate jurídico ao trabalho escravo é hoje uma prioridade. Os números de ocorrência demonstram que a elevação do registro do trabalho escravo pode ser também por conta de atenção profunda que a CPT, tem realizado no combate a esse conflito.

As MPS 458/422 e o Programa Terra Legal criados para legalizar os latifúndios grilados em terras públicas, também podem ter influenciado para o aumento do trabalho escravo, pois contribuem significativamente para expropriação e desapossamento de camponeses. Com o processo de desterritorialização de posseiros na região, por conta dessas medidas, há sempre a possibilidade de ingressarem nos trabalhos nas fazendas, pois ficam submetidos a peonagem. Também o recuo da luta pela terra por parte dos movimentos sociais pode contribuir para este quadro.

Os sindicatos de trabalhadores rurais mostrou que tem exercido uma forte atuação na região, embora o MST, tenha maior força política em aglutinar maior número de famílias nos acampamentos e ocupações.

No acampamento do MST, Frei Henry, na Fazenda Marambaia as 200 famílias instaladas, vivem entre a violência dos pistoleiros e a sobrevivência baseada no plantio de suas roças e extrativismo da castanha. São plantações de feijão, de milho e mandioca, canteiros de hortaliças, cebola, tomate, vários tipos de alface, pimenta, também melancia, laranja, mamão. A destinação é o sustento das famílias, a feira e os restaurantes de Marabá. É de certa forma tradução perfeita da existência camponesa nesse país.

Então durante esses quatro anos e meio de pesquisa, dois sentimentos foram comuns, tristeza e alegria comungaram-se constantemente. Era alegria de chegar às CPTs e encontrar os agentes de pastoral que me auxiliavam me apresentavam os conflitos e me

ajudavam com a tese. Em Goiânia no Centro de Documentações Dom Tomás Balduino, disponibilizaram-me vários documentos, demasiada quantidade, tive que selecionar. Senti-me feliz por me deparar com aquela quantidade de informações e registros históricos, provas da violência nesse país. No entanto, no processo de seleção, o contato com esta história de massacres camponês entristecia-me. As bibliografias escritas sobre a região, sobre os anos de nenhuma infraestrutura e a busca da esperança, comum aqueles que veem sentido na reforma agrária.

Regina Sader visualizou a possibilidade de transformação da realidade camponesa na década de 80 a partir da organização das roças coletivas dos posseiros. Depois foi o surgimento do MST, que encheu de esperança os que estavam no enfrentamento contra latifúndio. Quando tabulei os dados dos últimos anos entristeci-me, porque percebi que o movimento socioterritorial da atualidade, onde muitos sustentavam, a expectativa de transformação, incluo-me entre eles, recuara na luta pela terra.

No entanto, alguns fatos foram comuns a pesquisa de Regina Sader. Lembro-me da autora narrando sobre seu retorno no último ano de pesquisa. Mencionou sobre uma menina que juntava-se a ela quando a pesquisadora visitava uma certa vila de camponeses, no último ano a menina já adolescente havia transformando-se em uma prostituta naquele vilarejo, tal era a pobreza que se encontrava.

Em minha estadia no Pré-Assentamento Dalcídio Jurandir, que fica próximo a Xinguara deparei-me com esta mesma situação, uma menina de 13 anos de idade que me acompanhava dentro da acampamento, levou-me a escola, colocou-me em contato com lideranças. Fui informada que a menina costumava passar os dias em uma barraca que fica em frente o pré-assentamento, onde caminhoneiros estacionam para dormir e para alimentarem-se. Esta menina, cuja mãe tem mais dez filhos leva a mesma vida que a menina da pesquisa de Sader.

Então, várias situações mudaram em trinta anos, os vilarejos transformaram-se em cidades. Intensificou-se o investimento econômico e exploração de empresas na região. Rodovias foram construídas, mas esta rodovia BR 155 que liga Eldorado dos Carajás a Xinguara, onde localiza-se o Dalcídio Jurandir continua intrafegável, no percurso encontramos motoqueiros que provavelmente são camponeses que vivem nos assentamentos ou trabalhadores das fazendas. Ou caminhoneiros que transportam madeira, gado e qualquer coisa desse tipo. A pobreza continua presente para algumas frações sociais. Se os sujeitos sociais que lutam pela terra e pelo território estão cada

vez mais diversos, os seus antagonistas também se diversificaram. Diversificaram-se nos tipos de exploração, nas coalizões, alianças e pactos, inclusive nos pactos de violências.

E não é de se surpreender que as mulheres venham constituindo-se cada vez mais como líderes nos sindicatos, nas associações, nas aldeias indígenas. O empoderamento das mulheres também está ligado a violência que atinge seus maridos e entes queridos e sobretudo a elas mesmas. Assim é a vida de Maria Regina Gonçalves Chaves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá, Laísa Sampaio, irmã de Maria do Espírito Santo, assassinada em Nova Ipixuna, Graciete Souza Machado, cujo pai foi assassinado em Breu Branco e a mesma vive com bala alojada próxima a coluna e Maria Joel que assumiu o Sindicato de Trabalhadores de Rondon do Pará desde que o marido foi assassinado dentro de casa por conta de ser líder desse mesmo sindicato.

Há algum tempo mulheres vem liderando os movimentos de luta na região, contra hidrelétricas, contra a exploração nas reservas extrativistas e mulheres indígenas tomam a frente da causa indígena em todos os cantos do país. Sempre foram vítimas da violência e portanto, assumiram a frente da luta contra a barbárie. Apesar desse declínio dos números da luta pela terra nos últimos quatro anos, a violência do latifúndio permanece e como afirmou Oliveira, (2001) “se da violência nasce a morte, nasce também a vida”.

A utopia continua.

### **Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, A, W, B. De. Carajás, a Guerra dos Mapas. Seminário e Consulta. Belém, PA, 1995.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÕES DOM TOMÁS BALDUÍNO. Arquivo dos Textos de Conflitos nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins 1960-2014. <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos no Campo. Centro de Documentações Dom Tomás Balduino. Expressão Popular. SP, 1985-2014.

CARVALHO, M. Sangue da Terra: A Luta Armada no Campo. Ed. Brasil Debates: São Paulo, 1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Assassinatos no Campo: Crime e Impunidades-1964/1986. Global Editora: São Paulo, 1986.

CHAVES, P. R. Rebeldia e Barbárie: Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio. FFLCH - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Tese de Doutorado, defendida em dezembro de 2015.

FERRAZ, S. O Movimento Camponês no Bico do Papagaio – Sete Barracas em Busca de um elo. Editora Ética, Imperatriz 2000.

IANNI, O. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatório Social de América Latina. v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. A Luta pela Terra: História Social da Terra e da Luta pela Terra numa Área da Amazônia. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1978.

\_\_\_\_\_. Colonização e Reforma Agrária na Amazônia, Vozes, Petrópolis, 1979.

IOKOI, Z. M. Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e os Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986. Fapesp, 1996.

KOSTCHO. R. O Massacre dos Posseiros: Conflitos de Terras no Araguaia-Tocantins. 2ª Ed. Brasiliense: São Paulo, 1982.

LE BRETON, B. Vidas Roubadas: A Escravidão na Amazônia Moderna. Ed. Loyola: São Paulo, 2002.

MARTINS, J. M. Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Ed. Vozes: Petrópolis – RJ, 1981.

\_\_\_\_\_. A Militarização da Questão Agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política. 2a ed. Vozes Petrópolis RJ, 1985.

\_\_\_\_\_. Expropriação e Violência. A questão política no campo. 3a edição revista e ampliada, Editora Hicitec, São Paulo, 1991.

OLIVEIRA, A. U. – INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR: Políticas Públicas e Amazônia, Campinas, SP 1991.

\_\_\_\_\_. TERRITÓRIO: de quem? In: Revista Sem Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. Amazônia: monopólio, expropriação e conflito. 2a edição, São Paulo, editora Papyrus, 1990.

\_\_\_\_\_. A Geografia das lutas no Campo. 2a edição, São Paulo, editora Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. O Campo Brasileiro no Final dos anos 80 In, Boletim Paulista de Geografia, nº 66: São Paulo, AGB, 1988.

\_\_\_\_\_. Violência e Barbárie: A Grilagem das Terras Públicas no Brasil. Cadernos de Conflitos no Campo- CPT (p.185-206). 2006

\_\_\_\_\_. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do Governo LULA. <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal>, .2008

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária, Grilagem das Terras Públicas e a Luta Pela Terra e Território no Brasil. Memórias do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina "Por uma América Latina unida y sustentable" - Palacio de Convenciones de La Havana, Cuba, 06 a 10 de abril de 2015, ISBN: 978-959-7167-50-1, p. 16

SADER, M, R, de T. Espaço e Luta no Bico do Papagaio. MIMEO - FFLCH - USP: São Paulo, 1986.